

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Senado semeia incerteza com veto à privatização	2
Título: Dinheiro verde	3
Título: A Petrobras e o novo governo	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Executivos de óleo e gás confiam em aprovação de lei.....	5
Título: Bolsonaro precisa focar Previdência e não pode errar na economia	5
Título: Novo governo manterá a estrutura do programa de investimentos de Temer	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	Erro! Indicador não definido.
Título: Petróleo e derivados ajudam balança comercial	11
Título: Sem distribuir dividendos, CSN decide pagar dívidas	Erro! Indicador não definido.

VEÍCULO: O Globo**Data: 04/11/2018****Seção: Editorial****Autor:****Título: Senado semeia incerteza com veto à privatização**

Proibição da venda de empresas da Eletrobras gera insegurança jurídica e perdas para o Erário

Em fim de legislatura, o Senado conseguiu aquilo que parecia extremamente difícil: ampliar a margem de insegurança jurídica em contratos do governo. Na semana retrasada, num plenário com um terço ainda afetado pelo amargor da derrota nas urnas, rejeitou-se o projeto de lei autorizando a privatização de distribuidoras de energia do grupo Eletrobras.

De seis subsidiárias estatais, quatro haviam sido leiloadas no mês anterior, a R\$ 50 mil cada. Restaram a de Alagoas, que, em esdrúxula decisão, a Justiça impediu de privatizar; e a empresa do Amazonas. A rejeição do projeto no Senado não anula as vendas já realizadas, mas torna possível uma miríade de questionamentos sobre os contratos assinados na recente privatização.

Além disso, semeia ceticismo sobre a capacidade financeira da Eletrobras no curto prazo, pela extensão da carga imprevista nas operações no Amazonas e em Alagoas. Note-se que as dívidas dessas duas companhias superam R\$ 20 bilhões, o que não é pouco para um grupo estatal à beira do colapso, como tem advertido o governo.

Na ressaca eleitoral, os senadores decidiram, em última análise, contra os interesses do Estado. Vetaram a privatização, sem se preocupar em construir uma solução para a Eletrobras. No máximo, propuseram uma investigação sobre prejuízos. Para tanto, seria suficiente uma consulta aos balanços das empresas e às auditorias.

Quem quiser saber como é que a Amazonas Distribuidora assumiu uma dívida de R\$ 19 bilhões com a holding Eletrobras pode compulsar relatórios do ministério, do tribunal de contas, da controladoria-geral e da agência reguladora setorial. A resposta, invariável, é uníssona: má gestão. Os sucessivos prejuízos, agravados no governo Dilma Rousseff com a desastrosa “reorganização” financeira do setor elétrico, ultrapassaram a marca dos R\$ 2,5 bilhões anuais no Amazonas.

Na operação, a distribuidora regional registra um recorde de desvios —ou seja, roubo de energia —que ascende a R\$ 3,6 bilhões ao ano, registrados sob a rubrica de “perdas não técnicas”. Em Alagoas a situação é similar, mas com algumas peculiaridades nas contas da subsidiária local. Uma delas é o pagamento de R\$ 45 milhões, entre 2011 e 2015, em bônus aos empregados a título de participação nos lucros, embora nesse período a empresa tenha acumulado prejuízo de R\$ 931,3 milhões.

Para entender o quadro, basta que os senadores relembrem a história recente, da qual muitos protagonistas estão ali mesmo no plenário. Na raiz dos problemas está o uso político que se fez das estatais, sobretudo na última década e meia. Foi isso o que levou a Eletrobras à beira do colapso financeiro. O problema terá de ser resolvido pelo próximo governo. Provavelmente, com ônus adicional à sociedade, por obra dos atuais senadores.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/11/2018

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Dinheiro verde

O Fundo Amazônia já captou, acredite, US\$1,2 bilhão até outubro. A maior parte dessa grana vem da Noruega. Mas também da Alemanha e da petrobras.

Gerido pelo BNDES, o Fundo atingiu, mês passado, a marca de R\$ 1 bilhão em desembolsos. Já as contratações, que somam cerca de R\$ 1,8 bilhão, contam com uma carteira de 101 projetos.

Caso, no governo Bolsonaro, haja aumento do desmatamento, o Fundo pode murchar. A Noruega atrela o aporte à preservação das Florestas. Aliás, no governo Dilma, eles reduziram a contribuição porque houve aumento de desmatamento.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/11/2018

Seção: Artigos

Autor: Adriano Pires

Título: A Petrobras e o novo governo

A petrobras enfrentou a maior crise da sua história nos últimos anos, resultado da política intervencionista e da corrupção nos governos do PT. A política de preços populista para os combustíveis causou prejuízos de US\$ 40 bilhões. A estratégia, em particular no primeiro governo Dilma, levou a empresa ao caos.

A partir da gestão de Pedro Parente, a empresa começou a ser reconstruída. A política de preços baseada na paridade internacional e nas variações do câmbio trouxe competição nos segmentos de importação, distribuição e revenda.

Foi implantada também uma política de desinvestimento em ativos com menor retorno para aumentar o foco na exploração e produção de petróleo no pré-sal. A reestruturação financeira também foi importante, com redução de custos de US\$ 3,4 bilhões para US\$ 1,3 bilhão. Como resultado, a companhia reduziu a dívida líquida de US\$ 106 bilhões para US\$ 69 bilhões.

Outra consequência importante foi o reestabelecimento da imagem internacional, principalmente após acordo para encerrar a ação coletiva contra a Petrobrás nos EUA este ano. Houve uma recuperação do valor de mercado da companhia, que atingiu a mínima de R\$ 67,8 bilhões em 2016 e já aumentou mais de 400%, passando dos R\$350 bi. Mas a recuperação está longe de terminar. Em comparação às principais empresas do mercado global, a Petrobras segue sendo menos eficiente e produtiva.

Para aproveitar oportunidades de exploração de novas reservas, principalmente no pré-sal, será preciso manter uma disciplina de capital. A empresa deveria concentrar sua atuação na produção e exploração do pré-sal, modelo parecido com o da Codelco na produção de cobre no Chile. Com a venda de ativos — como refinarias, Unidades de Processamento de Gás Natural, dutos de escoamento e a BR Distribuidora —, a empresa poderia se limitar a pagar por esses serviços, sem alocar capital em atividades que hoje têm baixo retorno.

Com isso, poderá focar seus investimentos na exploração e produção de óleo e gás no pré-sal, atividade de maior taxa de retorno. Essa estratégia é importante para proteger a empresa contra instabilidades políticas e sociais, evitando que medidas equivocadas e populistas, como a subvenção ao diesel, tenham impacto no seu resultado.

O novo governo não pode nem deve repetir práticas que, comprovadamente, só trouxeram prejuízos: investimentos com o objetivo único de alavancar candidaturas de partidos da base; falhas de governança corporativa que proporcionaram o escândalo de corrupção; e uso da empresa como projeto político para controle da inflação, populismo nos preços e conteúdo local para beneficiar os amigos do rei.

O caminho é aprofundar o plano de desinvestimentos, aumentando o foco da empresa no upstream, em particular no pré-sal, onde há as maiores margens de lucro. Também não se pode abrir mão da alocação criteriosa do capital, assegurando o controle dos gastos e a potencialização das receitas para melhorar os indicadores financeiros. Por fim, deve ser garantida a liberdade na

política de preços dos combustíveis, com paridade internacional e regulação apropriada pela ANP e pelo Cade.

Adriano Pires é diretor do Centro Brasileiro de Infra Estrutura

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 04/11/2018

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Executivos de óleo e gás confiam em aprovação de lei

Mercado Aberto

Representantes da indústria de óleo e gás dizem preferir que a lei para revisar a cessão onerosa, que redefinirá a operação do pré-sal, passe neste ano, mas estão confiantes de que, se isso não ocorra, ela será aprovada em 2019. O projeto em discussão autoriza a Petrobras a transferir até 70% dos direitos de exploração de petróleo do pré-sal na área cedida onerosamente pela União para outras petroleiras.

Os senadores têm vinculado a aprovação desse texto a outros temas, dos setores elétrico e de gás.

Há dúvidas, entre os representantes da indústria, se o governo estará disposto a dar essas moedas de troca.

A nova equipe, porém, se interessará pelos bônus de outorga, que podem render cerca de R\$ 70 bilhões — recursos que ajudariam a diminuir o déficit fiscal.

O Senado a ser empossado terá representação menor de opositores ao plano, segundo um executivo do setor, sem contar que um governo novo costuma ter força nos primeiros meses.

A dúvida é se a gestão Bolsonaro terá uma base organizada no Congresso para aprovar a mudança da lei.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 04/11/2018

Seção: Política

Autor: Marina Dias

Título: Bolsonaro precisa focar Previdência e não pode errar na economia

Ministro diz que experiência como deputado contará a favor de novo presidente; "ninguém fica 30 anos na Câmara sem aprender"

Entrevista : Moreira Franco

Brasília- Um dos principais auxiliares de Michel Temer, **o ministro Moreira Franco (Minas e energia)** afirmou que o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) tem experiência parlamentar suficiente para saber como se negocia no Congresso e que seu problema não será político, mas econômico.

"Ninguém fica 30 anos na Câmara sem aprender", disse Moreira em entrevista à Folha.

Segundo o ministro, Bolsonaro "não pode errar" na condução da economia para não viver "os mesmos constrangimentos" de outros governos.

*

Como o sr. avalia a vitória de Jair Bolsonaro?

É resultado de um processo que começou nas manifestações de 2013, ainda no governo Dilma. Dava para sentir a insatisfação das pessoas com a situação econômica. A crise fiscal inibiu a capacidade de investimento do governo, as pessoas perceberam que havia um descolamento entre promessas e realidade, pararam de confiar no governo e foram para as ruas. Já naquele momento, começou-se a sentir a presença de uma coisa militar.

De um movimento de apoio à ditadura ou a uma figura como Bolsonaro, que diz que não houve ditadura e já defendeu a tortura?

Não era Bolsonaro ou alguém. Pela primeira vez surgiu uma memória positiva da experiência militar. Já em 2013, a pauta era muito mais voltada para questões morais e de valores, como família, segurança e corrupção, do que alternativas para resolver a crise econômica. Bolsonaro expressava esse sentimento, porque teve uma militância na Câmara identificada com uma pauta conservadora e não se dedicou a alternativas para a crise.

Ele tem condições para se dedicar à crise?

Sim. A principal é legitimidade. Ele é o presidente eleito por vontade de uma maioria expressiva. É fundamental na vida política o respeito às instituições e o presidente da República é uma instituição.

Apesar de estar no Congresso há 27 anos, Bolsonaro se vendeu como novo, que rechaça práticas da política tradicional. O sr. acha que ele vai conseguir governar sem acordos?

Ninguém fica 30 anos na Câmara sem aprender. Ali você tem a possibilidade de conviver e ver como as coisas se resolvem. Bolsonaro tem experiência para isso, sabe como funciona a composição de maioria. Sabe que ao longo dos 30 anos em que ele passou por lá mudou muito — e mudou para pior — como as maiorias se fazem. Sabe o tamanho da dificuldade que os governos vêm tendo para compor maioria.

Bolsonaro vai conseguir governar sem o centrão e o MDB?

Ele sabe que precisa do Parlamento e que o Parlamento é onde você constrói suas alternativas. Bolsonaro consegue distinguir como se dão e quais as conseqüências dos dois tipos de negociação que têm se verificado no Parlamento: um em que o ganho financeiro era o objetivo principal, usado no mensalão, e o outro em torno da execução de políticas públicas. Ele precisa focar o esforço em dois pilares: o teto de gastos e a reforma da Previdência.

O ministro da Economia de Bolsonaro, Paulo Guedes, disse que quer aprovar ainda este ano pelo menos parte da reforma da Previdência. Isso é possível?

Se houver vontade política, sim.

Temer não conseguiu aprovar a proposta. Por que seria diferente agora, com um governo sem força política e quase no fim?

Não conseguiu porque foi vítima de uma campanha moral brutal contra ele, que começou na véspera da votação da reforma [em 17 de maio de 2017, após a aprovação da reforma da Previdência na comissão especial da Câmara, veio a público o conteúdo da delação da JBS, que culminou nas denúncias contra Temer]. Hoje você junta governo que está saindo com o que está entrando.

Qual a força do governo Temer para ajudar Bolsonaro a aprovar uma medida impopular?

Um governo, quando começa, começa muito forte. O governo Temer está disposto a se engajar nesse processo, mas quem vai conduzir é o governo Bolsonaro. Pode até ser que ele, neste momento, não se sinta confortável em votar a reforma da Previdência, mas sinalizar que quer, como está sinalizando, já é positivo.

Temer espera algo em troca, como um salvo conduto caso seja condenado na Lava Jato?

Claro que não. Não tem nada a ver com questão moral ou jurídica, tem a ver com a questão econômica.

Como Bolsonaro vai conquistar apoio se dois de seus principais auxiliares, Onyx Lorenzoni (DEM-RS) e Major Olímpio (PSL-SP), eram críticos à reforma?

Só pessoas insensatas não mudam de opinião quando percebem que não tem jeito.

O sr. diz que o governo Bolsonaro só vai dar certo se fizer andar a agenda econômica. Se não conseguir, sofrerá desgaste político... Ele não pode errar na economia. Se errar, vai viver os mesmos constrangimentos que os outros governos viveram.

Acredita em impeachment?

Não. Não faço previsões, trabalho com fatos.

A escolha de Sergio Moro para a Justiça pode levar a Lava Jato a um novo patamar. Isso terá consequências na política?

Ele tem, do ponto de vista pessoal, todas as condições de ser ministro da Justiça. A experiência dele vai contribuir para o entendimento de que é preciso respeitar a lei, a começar pelo presidente da República. Respeitar o que está escrito [na Constituição] e não o que eu interpreto.

A indicação não chancela a tese do PT de que Moro perseguia o ex-presidente Lula e o partido?

Não chancela. Não podemos continuar no "nós contra eles".

Como Bolsonaro vai fazer avançar sua agenda de valores, pró-redução da maioria penal, pró-porte de armas, entre outras?

Se ele der certo na economia, ficará extremamente mais fácil passar essas pautas no Congresso. O [Fernando] Collor chegou [à Presidência] com muita força e fez foi uma coisa que ninguém acreditava que ele faria, congelar todas as contas.

O Brasil será um país mais conservador, do ponto de vista moral, com Bolsonaro?

O Brasil sempre foi um país conservador.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 04/11/2018****Seção: Mercado****Autor: Julio Wiziack****Título: Novo governo manterá a estrutura do programa de investimentos de Temer**

Proposta de equipe de Bolsonaro é que PPI conduza processo de privatização estimado em R\$ 700 bi

Brasília- O presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), herdará do governo de Michel Temer o PPI (Programa de Parceria em Investimentos) com toda a estrutura já montada e pronto para trabalhar; anova administração não precisará trocar chefes ou servidores, nem programas que estão em andamento.

No novo desenho, a equipe do programa ficará vinculada à Presidência da República, com autonomia de ministério, e sob o comando do vice-presidente eleito, general Hamilton Mourão. Ele mesmo já declarou que assumirá o órgão. Sua indicação, no entanto, não foi confirmada por Bolsonaro.

Hoje, o PPI está vinculado à Secretaria-Geral da Presidência, não diretamente à Presidência da República. Inicialmente, Paulo Guedes, futuro ministro da Economia, disse que pretendia mantê-lo em seu ministério para acelerar e ampliar as privatizações e concessões em curso nos últimos dois anos por Temer.

Desde maio de 2016, quando foi lançado, o PPI teve mais de 105 projetos leiloados com obrigações de investimentos de R\$ 236 bilhões durante a concessão. Outros 191 projetos seguem em estudo, incluindo o de prorrogação de rodovias e ferrovias concedidas.

Sob Bolsonaro, o PPI conduzirá um amplo programa de desestatização, um dos pilares da política econômica de Guedes para a redução do déficit primário.

O futuro ministro da Economia afirmou que será possível levantar cerca de R\$ 700 bilhões com privatizações, concessões e desestatizações — estuda até vender prédios e terrenos da União.

Comisso, segundo ele, será possível zerar o déficit primário para 2019, estimado na Lei de Diretrizes Orçamentárias em R\$ 139 bilhões.

Muitos especialistas, no entanto, acham impraticável cumprir essa promessa no primeiro ano de governo.

Hoje boa parte das receitas de privatizações entra no caixa para cobrir despesas previstas no Orçamento.

Além da condução da venda de cerca de 150 estatais — um terço delas criadas pelos ex-presidentes petistas Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff —, o PPI deve incorporar novas competências. Para isso, deverá haver uma revisão legal.

Entre suas atribuições complementares, uma será transformá-lo em uma central da infraestrutura para destravar empreendimentos problemáticos.

A usina de energia nuclear de Angra 3, por exemplo, deve ser uma das primeiras obras a serem avaliadas pela equipe atual. Em outubro, o CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) baixou diretrizes para que o PPI possa viabilizar o empreendimento.

A obra está paralisada desde que foi alvo da Operação Lava Jato, que revelou um esquema de corrupção.

O general Oswaldo Ferreira, que estudou o caso e coordenou a equipe de infraestrutura de Bolsonaro durante a campanha, já afirmou que, caso o empreendimento seja descartado, a União terá de pagar cerca de R\$ 12 bilhões em rescisões contratuais. Para construir, seriam R\$ 17 bilhões. Na avaliação do general, o melhor é levá-lo adiante.

Técnicos que assessoram Guedes também cogitaram incluir no portfólio do PPI as mais de 2.000 obras paralisadas pelo país, boa parte legado da Copa do Mundo. Essa ideia, no entanto, é inviável.

Muitas dessas obras foram feitas por programas específicos e em parcerias com estados. Existem barreiras legais para que sejam incluídas em um programa federal de concessão, privatização ou mesmo parcerias público-privadas.

Por isso, terão de continuar na carteira dos ministérios e financiadas com recursos do Orçamento. Neste ano, serão R\$ 27 bilhões para investimentos, incluindo obras de programas sociais como o Minha Casa, Minha Vida.

Além de poder ficar com toda a equipe atual do PPI, Bolsonaro também deve seguir com o cronograma de obras na fila de concessões e privatizações. Se isso ocorrer, logo nos primeiros meses de governo, estão previstos os leilões da Ferrovia Norte-Sul (FNS) e da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Eiol).

Embora não tenha autoridade para vetar, Bolsonaro deve cancelar ainda em 2018, durante a transição, a venda de 12 aeroportos e demais leilões previstos até o fim deste ano.

Já o processo de capitalização da Eletrobras, que tinha previsão de sair do controle da União neste ano, ficará congelado para reavaliação.

Militares próximos ao presidente eleito consideram a estatal um ativo estratégico. Analistas do setor, no entanto, afirmam que há muito tempo ela deixou de ser relevante para a geração de energia.

Segundo o PPI, atualmente, a Eletrobras participa com 32% da produção energética do país, incluindo a usina hidrelétrica de Itaipu e a Eletronuclear — ambas fora da desestatização em curso.

Ou seja: a maior parte do mercado de energia do país já está com a iniciativa privada.

Em outra frente, estatais como Correios, Valec e Telebrás podem ser privatizadas. O futuro ministro Paulo Guedes já declarou que a venda de estatais como essas pode ser total ou parcial e que priorizará aquelas com maior potencial de receita para a União e interesse do mercado.

Esses recursos seriam usados para abater a dívida pública. Dessa forma, haveria espaço orçamentário para destinar mais verbas para saúde, educação e segurança.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/11/2018

Seção: Editorial

Autor:

Título: Petróleo e derivados ajudam balança comercial

O Brasil colhe os frutos das elevadas cotações do petróleo nos mercados globais, ampliando as exportações do óleo bruto e de derivados. Em outubro, foi importante a contribuição desses itens para os resultados da balança comercial, que apresentou um superávit (exportações menos importações) de US\$ 6,1 bilhões no mês e de US\$ 47,7 bilhões neste ano.

O saldo marcou o recorde histórico para os meses de outubro. As vendas de petróleo bruto para o exterior atingiram US\$ 2,9 bilhões em outubro (+24% em relação a setembro e +138% comparativamente a outubro de 2017) e ajudaram a alavancar as exportações de bens primários. Estas cresceram 26% entre outubro de 2017 e outubro de 2018.

Os produtos básicos pesaram 50,3% nas exportações brasileiras de outubro, muito acima dos 44,7% do mesmo mês de 2017. Graças ao empurrão das commodities, as exportações totais de outubro atingiram US\$ 22,2 bilhões,

resultado só inferior, em 2018, ao de julho. Por dia útil, as exportações alcançaram US\$ 1,01 bilhão, segundo melhor resultado mensal do ano.

A média por dia útil foi 12,4% superior à de outubro de 2017 e de 8% nos primeiros dez meses do ano em relação ao ano passado. O superávit comercial de US\$ 56,3 bilhões nos últimos 12 meses até outubro foi 18,4% inferior ao de US\$ 67,6 bilhões dos 12 meses precedentes, mas continuou sendo, ao lado do investimento direto externo, fator relevante de equilíbrio das contas cambiais.

Entre janeiro e outubro, as vendas ao exterior de produtos básicos atingiram US\$ 99 bilhões, com crescimento mais expressivo de petróleo em bruto, farelo de soja, soja em grão, carne bovina, minério de cobre e minério de ferro.

As exportações de manufaturados no período foram de US\$ 71 bilhões, ajudadas pelo avanço de partes de motores e turbinas para aeronaves, óleos combustíveis, motores para veículos e partes, máquinas para terraplenagem, suco de laranja e tratores.

Graças aos produtos primários, o Brasil elevou a corrente de comércio (soma de exportações e importações) em 13,1% entre os primeiros dez meses de 2017 e de 2018, para US\$ 350,6 bilhões. O comportamento do comércio exterior em 2018 é positivo e pode melhorar. Para isso, convém lembrar que a China é o maior mercado de exportação e de importação do País, o que limita ações retaliatórias do novo governo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/10/2018

Seção: Coluns

Autor: ALINE BRONZATI CYNTHIA DECLOEDT FERNANDA GUIMARÃES

Título: Sem distribuir dividendos, CSN decide pagar dívidas

Sem conseguir, até o momento, reverter decisão na Justiça que a proibiu de distribuir dividendos no valor de R\$ 890 milhões, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) tem utilizado esses recursos para pagar dívidas. Os proventos, que chegaram a ser anunciados ao mercado, seriam pagos no fim de agosto, mas decisão judicial barrou a distribuição, após ação da Fazenda Nacional. A CSN tinha decidido pagar os dividendos para injetar dinheiro na holding da família Steinbruch, dona da siderúrgica, que, assim, teria recursos para pagar uma dívida detida com o Bradesco. Esse movimento fazia parte de um acordo para que o banco, por sua vez,

alongasse a dívida da CSN. No final de junho, a dívida líquida da siderúrgica estava em R\$ 27 bilhões. Procurada, a CSN não comentou.

» Fôlego.

O alívio para o caixa da CSN virá com a venda dos ativos detidos em Portugal e Alemanha, que já estariam próximos de ser anunciados. Em agosto, o presidente da companhia, Benjamin Steinbruch, disse que seu “desejo pessoal” era de que a alavancagem da empresa chegasse em 3,5 vezes até o fim deste ano, ante 5,34 registrado em junho, e que a venda de ativos poderia render US\$ 1 bilhão ao caixa da companhia. O banco americano Jefferies é o assessor financeiro contratado para comandar a transação.

MME / ASCOM .